

## Filósofos e Filodoxos em Platão\*

Margarida Maria Chagas (Bolsista FAPESP - DF/USP/SP)

Orientador: Franklin Leopoldo e Silva

No diálogo *A República*, de Platão, percebemos a preocupação deste em organizar e promover uma *educação* na *pólis*, de maneira que esta pudesse contribuir para uma cidade justa. Em especial nos livros V e VI, do diálogo já mencionado, Platão diz que os governantes deveriam ser *Filósofos*, pois para ele só estes conseguiriam chegar a um conhecimento verdadeiro do que é a Justiça, ao *Ser em si*. Conhecendo o que é a Justiça, seriam justos e, portanto, capazes de guardar as leis e costumes da cidade.

Entre os habitantes da *pólis*, entretanto, há aqueles que não conseguem chegar a essa compreensão e se perdem na *multiplicidade* das aparências. Platão os chama de *Filodoxos*. Enquanto os *Filósofos* são os amantes da sabedoria, os *Filodoxos* são os amantes da opinião.

O objetivo deste trabalho é entender o que fundamenta esta diferença para que Platão pudesse, baseado nela, lançar a sua tese de *Filósofo-rei*.

### Justificativa

O motivo que gerou este trabalho é, em um âmbito maior, facilitar a compreensão dos motivos que contribuíram para a caracterização da polêmica entre Platão e os *sofistas*, em especial no diálogo *A República*, de Platão.

No contexto da polêmica Platão coloca os *sofistas* no reino das *opiniões* e diz que estes não são capazes de chegar a um verdadeiro *conhecimento*.

Dessa diferença entre *filósofos* e *sofistas* outras conseqüências aparecem. Por exemplo, a necessidade da *Dialética* em oposição à *retórica dos sofistas*, a importância de se *dialogar* em vez de se *discorrer* simplesmente, o uso do *diálogo* como caminho para o *conhecimento* e não como instrumento de *persuasão*.

Esta comunicação tem como objetivo entender o que fundamenta essa diferença entre *filósofos* e *filodoxos* para que Platão, baseado nela, viesse a lançar sua tese de *filósofo-rei*.

O texto-base deste recorte é o livro V de *A República* de Platão e a comunicação divide-se em duas partes:

- I. INTRODUÇÃO com a finalidade de localizar melhor a questão e
- II. DESENVOLVIMENTO para buscar esse fundamento que faz por um lado, o *filósofo* ser aquele que é capaz de chegar a um conhecimento verdadeiro do que é a justiça e, portanto, capaz de guardar as leis e costumes da cidade governando-a com justiça e, por outro lado, o *filodoxo* como sendo aquele que vive nas *opiniões*.

### I. Introdução

A Atenas, neste contexto, era governada por uma *democracia direta* na qual o uso da *palavra* era muito importante. Entretanto Platão, no diálogo *A República*,

afirma que a *pólis*<sup>1</sup> está corrompida e que é necessário que os governantes tenham educação e instrução adequadas para que as leis importantes da cidade não sejam abaladas<sup>2</sup>

Para chegar a um paradigma<sup>3</sup> ele indaga o que é a *Justiça* e o que é um homem justo, qual o seu caráter e inversamente pois só *os justos* praticariam a justiça e seriam capazes de guardar as leis e costumes da cidade.

Condições necessárias e suficientes da *Pólis*, conforme Wolff<sup>4</sup>, a *justiça* e a *linguagem* não têm sequer outra essência do que essa pura forma: já que o homem se diz no plural ele necessita de *comunidade* (pela *justiça*) e da *comunicação* (pela *linguagem*). É como Aristóteles também diz: “único entre os animais, o homem possui o *falar*. Sem dúvida, os sons da voz (*phoné*) exprimem a dor e o prazer. Mas o *falar* é feito para exprimir o útil e o nocivo, assim o *justo* e o *injusto*. Tal é efetivamente o caráter distintivo do homem frente aos animais: só ele percebe o *bem* e o *mal*, o *justo* e o *injusto* e os outros valores; é a posse comum desses valores que faz a família e a Cidade”<sup>5</sup>

Por esses motivos, desafiando a opinião comum Platão propõe o governo do *filósofo* como única salvação para o Estado<sup>6</sup>.

Mas como determinar quais são os *filósofos* e demonstrar que a uns compete, por natureza, dedicar à filosofia e governar a cidade e aos outros não cabe tal estudo, mas sim obedecerem a quem governa?<sup>7</sup>

## II. Desenvolvimento

Os *filósofos* idealizados por Platão deveriam ser recrutados entre os guerreiros e deveriam ter amor à verdade, gosto pela pesquisa, ter a faculdade de discernir semelhanças e diferenças e de situar as coisas num conjunto ordenado.

Para se chegar a uma melhor compreensão Platão estabelece a seguinte distinção: por um lado, os amadores de espetáculos, amigos das artes e homens de ação que se encantam com as belas vozes, cores e formas e todas as obras feitas com tais elementos, embora o seu espírito seja incapaz de discernir e de amar a natureza *do belo em si*. E por outro lado, aqueles de quem estamos a tratar, os únicos que com razão podem chamar-se *filósofos*<sup>8</sup>. Embora estes, que são capazes de ter acesso ao *belo em si* e de o contemplar na sua *essência*, sejam raros.

Dessa maneira, aqueles que contemplam a *multiplicidade* de coisas belas, sem verem a *beleza em si*, nem serem capazes de seguir outra pessoa que os conduza até junto dela, e sem verem a justiça, e tudo da mesma maneira, diz Platão que eles têm *opiniões* sobre tudo, mas não conhecem nada daquilo sobre que as emitem<sup>9</sup>. Por isso, estes são “*amigos da opinião*” e os outros “*amigos da sabedoria*”<sup>10</sup>.

Entendendo inicialmente que os *filósofos* desejam a sabedoria em sua totalidade e por esse motivo são chamados por Platão de “amadores do espetáculo da verdade” é necessário distingui-los de outros que também têm prazer em aprender como os amadores de espetáculos e os amadores de audições os quais Platão chama de *aparências de filósofos*<sup>11</sup>

Saber fazer a diferença entre a *idéia em si* e sua *multiplicidade* é, pois, fundamental para Platão.

Buscando entender essa diferença temos que as *Idéias*, pelo fato de aparecerem combinadas com ações, corpos, e umas com as outras, cada uma delas se manifesta em toda a parte e aparenta ser *múltipla*<sup>12</sup>. Entretanto, cada idéia é uma idéia. Por exemplo, como diz Platão a respeito do *belo*, uma vez que o *belo* é o *contrário* do *feio* eles são dois e, portanto, cada um deles é um. Da mesma maneira a idéia de *justo* e *injusto*, do *bom* e do *mau* e todas as outras *Idéias*.

Para ele quem acreditar que há *coisas belas* mas não acreditar na *beleza em si*, vive em *sonho* e não na *realidade*<sup>13</sup>. *Sonhar* é quando uma pessoa, quer durante o sono, quer desperta, *julgar* que um objeto *semelhante* a outro não é uma semelhança, mas o próprio objeto com que se *parece*.

Para facilitar a compreensão, tomemos como referência *algo belo* e o *belo em si*. Quem entende que existe o *belo em si* e é capaz de o contemplar na sua *essência* e nas coisas em que tem *participação*, e sabe que as coisas não se identificam com ele nem ele com as coisas, vive na *realidade*<sup>14</sup>.

Assim, quando além do *belo em si* existe um outro *belo*, é importante entender que este *é belo* porque *participa* daquele apenas por isso e por nenhuma outra causa<sup>15</sup>. O que faz *belo* um objeto é a existência daquele *belo em si*, de qualquer modo que se faça a sua *comunicação* com este. Logo, tudo o que *é belo é belo* em virtude do *Belo em si*<sup>16</sup>.

O *belo em si*, comum aos *objetos belos*, conforme diz Schiappa<sup>17</sup> é, simultaneamente, a razão de *ser* da sua beleza, um *eidos*, 'caráter'. É o *belo em si* que ornamenta todas as demais coisas e lhes dá o seu aspecto de beleza, sempre que tal caráter a elas se vem juntar<sup>18</sup>. O *belo em si* é esse belo que, a qualquer objeto a que se ajunte, constitui a sua razão de ser belo<sup>19</sup>.

Assim, saber distinguir a *idéia* do homem *de nós* e de todos os que são como nós, é chegar à *idéia* do homem *em si mesmo*. Para cada coisa há uma idéia à parte e diferente dos próprios objetos que tocamos com a mão<sup>20</sup>.

Para se chegar ao *belo em si* é necessário saber quais são seus *objetos*. Partindo da relação daquele que vive na *realidade* Platão diz que o seu pensamento era *conhecimento*, visto que *sabe*<sup>21</sup>, ao passo que o daquele que vive em *sonho*, era *opinião*, visto que se funde nas *aparências*. Logo, o objeto do *conhecimento* é o *Ser-absolute*<sup>22</sup>. O *conhecimento*, para Platão, é *ciência*. Ao *não-ser absoluto* diz respeito a *ignorância*<sup>23</sup>.

Com referência à *opinião* Platão esclarece que quem conhece, conhece alguma coisa a qual *existe*, caso contrário, não poderia ser conhecida. Dessa forma, se houver uma coisa que *existe* e *não existe*, ficaria em posição *intermediária* entre o *Ser-absolute* e o *Não-ser absolute*<sup>24</sup>.

Logo, se *conhecimento* está relacionado como vimos<sup>25</sup> ao *Ser* e o *desconhecimento* ao *Não-ser*, algo de *intermédio* entre a *ignorância* e a *ciência*, seria a *opinião*. Nessa posição intermediária a *opinião* não pode ser *ignorância* e nem *ciência* e parece ser mais obscura do que a *ciência* e mais clara que a *ignorância*. Concluindo, o que *aparece* a meio caminho da *ignorância* e da *ciência* chamamos *opinião*<sup>26</sup>.

Não se pode ter uma *opinião* sobre o nada<sup>27</sup>. O objeto da *opinião* não é o *Ser* nem o *Não-ser* e a *opinião* não pode ser *ignorância* nem a *ciência*<sup>28</sup>. A *opinião* visa um objeto e, a *ciência*, outro. Cada uma segundo a capacidade que lhe é própria. Portanto, diz Platão, a *ciência*, uma vez que respeita por natureza ao *Ser*, se destina

a *conhecer* o que é o *Ser*<sup>29</sup>. A *opinião*, a *julgar* pelas *aparências*<sup>30</sup>.

Assim sendo, considerando que os que contemplam a *multiplicidade* de coisas belas, sem verem a *beleza em si*, têm *opiniões* sobre tudo, mas não conhecem nada daquilo sobre que as emitem<sup>31</sup> Platão conclui o contraste entre o *filósofo* e o *filodoxo* da seguinte maneira: o *filósofo*, como sendo o amante da sabedoria e, o *filodoxo*, como sendo o amante da opinião<sup>32</sup>.

Finalizando, o *filósofo* abraça o *ser*, a *ciência* (*episteme*) e o *filodoxo* contenta-se com a *opinião* (*doxa*)<sup>33</sup>

Para Platão, há uns que têm esse conhecimento e outros não. Por exemplo, com relação à justiça e em geral toda virtude, há muitos que “sem a conhecer, mas dela tendo apenas uma opinião qualquer, se desdobram em todas as suas forças e zelo, para fazê-la aparecer como uma qualidade pessoal realmente neles presente, imitando-a o mais que podem em seus atos e palavras”<sup>34</sup>.

Estes *outros*, a que Platão se refere mais especificamente, são os *sofistas*. A elevação do espírito, conforme Sócrates, só é conseguida por aqueles que são amigos do saber e se ocupam da *filosofia*.

Um comentário interessante que reflete uma conseqüência dessa teoria platônica é o seguinte.

Com relação aos *sofistas* viverem de *aparências* e mudarem de *opiniões* diante das multidões Francis Wolff, em seu artigo “Filosofia Grega e Democracia”<sup>35</sup>, diz que as grandes linhas de uma “doutrina” sofística da linguagem, refletem as condições do discurso público nas assembléias: tudo pode ser dito, assim como seu contrário.

Wolff explica que definir o espaço do *discurso* é definir o espaço *político*: o direito de falar (publicamente) equivale ao direito político (de se exprimir) e este direito é, por definição, igual para todos (*isegoria*), já que a *Pólis* não é outra coisa que esta repartição igual do comum – comunitária ou comunicável. Cada um pode falar a todos e todos a cada um<sup>36</sup>

Assim sendo, o pensamento grego da época clássica, dois modelos de “*verdades*” nos sugere: a “*verdade científica*” e a “*verdade jurídica*”<sup>37</sup>

A “*verdade científica*”, como se esboça em Platão ou se formaliza em Aristóteles simplificando, conforme Wolff, seriam as que se referem a seres universais e necessários.

Mas, continua Wolff, se em vez desses seres considerarmos outros, singulares e contingentes, inscritos em um outro campo (o campo do judiciário, por exemplo), é igualmente essencial estabelecer-se a verdade ou a falsidade.

Por esse motivo é *preciso discutí-las*. Quer dizer *argumentar a favor e contra*.

Assim, conclui Wolff, há pelo menos um domínio, o domínio judiciário, onde a contradição, a relatividade e a pluralidade dos pontos de vista não servem para invalidar verdades, mas ao contrário, são o único meio para estabelecê-las.

## BIBLIOGRAFIA

## 1. OBRAS DE PLATÃO:

- A República**, Fundação Calouste Gulbenkian, 7a. edição, Lisboa, Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira.
- A República**, Difel, 1º. volume, 2ª. edição, Introdução e notas de Robert Baccou, Tradução de J. Guinsburg SP., 1973.
- A República**, Difel, 2º volume, — edição, Introdução e notas de Robert Baccou, Tradução de J. Guinsburg SP., 1965.
- A República: Livro VII**, Apresentação e Comentários de Bernard Piètre, Brasília, UnB, Prefácio de Pierre Aubenque, Tradução de Elza Moreira Marcelina, 1989.
- Górgias**, in Platão, *Diálogos*, Tradução de Carlos Alberto Nunes, Edições Melhoramentos, 1970, páginas de 287 a 379.
- Protágoras**, idem, idem, páginas de 227 a 284.
- O Sofista**, in Os Pensadores, Platão, *Diálogos*, Tradução e notas de Jorge Paleikat e João Cruz Costa, 4ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1987. páginas de 127 a 195.
- Hípias Maior**, Instituto Nacional de Investigação Científica, Introdução, versão do grego e notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo, 1ª edição, Universidade de Coimbra, 1985, Coimbra.
- Fédon**, in Os Pensadores, Platão, *Diálogos*, Tradução e notas de Jorge Paleikat e João Cruz Costa, 4ª. edição, São Paulo, Nova Cultural, 1987, páginas de 55 a 126.
- Teeteto**, Tradução de Carlos Alberto Nunes, 2ª. edição, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

## 2. COMENTADORES:

- Cassin, Barbara, **Ensaio Sofísticos**, Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Leão, São Paulo, Siciliano, 1990.
- Chauí, Marilena, **Introdução à História da Filosofia dos Pré-Socráticos a Aristóteles**, vol. I, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- Guthrie, **Les Sophistes**, Traduzido do inglês por J. P. Cottureau, Edições Payot.
- Jaeger, Werner, **Paidéia, A Formação do Homem Grego**, Tradução de Artur M. Pereira, Editora Herder, 2ª. edição, SP.
- Koyré, Alexandre, **Introdução à Leitura de Platão**, Lisboa, Presença, São Paulo, Martins Fontes, 1974.
- Wolff, Francis, **Filosofia Grega e Democracia**, in Revista Discurso, nº. 14, pp. 7-48, editora Polis, 1983.
- Châtelet, François (coor.). **Dicionário das Obras Políticas**, Coordenado por François Châtelet, Oliver Duhamel, Evelyne Pisier, Traduzido por Glória de C. Lins e Manoel Ferreira Paulino, Editora Civilização Brasileira S.A., RJ 1993.
- Chantraine, **Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque**, Paris, Éditions Klincksieck, 1984.

Lalande, André, **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**, Martins Fontes, 1ª. Ed., 1993, SP

## NOTAS

1. Pólis, no sentido de *comunidade política e religiosa: portanto "cidade-estado"* (Chantraine, *Dicionário Etimológico*, II Vol., p. 926).
2. *A República*, 448 d-e.
3. *A República*, 472 b-c.
4. Wolff, Francis, em seu artigo "Filosofia Grega e Democracia" in Revista *Discurso* 14, p. 35, editora Polis, 1983.
5. Aristóteles, *Política*, I, 1253 a, 9-19, in Revista *Discurso* 14, p. 35, nota 52, editora Polis, 1983.
6. É em *A República*, 473 d-e, que Platão defende essa tese: "*Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que atualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá trégua dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o gênero humano, nem antes disso será jamais possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos*"
7. *A República*, 474 b-c.
8. *A República*, 476 a-d.
9. *A República*, Livro V, 479 e.
10. *A República*, Livro V, 480 a.
11. *A República*, 475 d-e.
12. *A República*, 476 a.
13. *A República*, 476 c.
14. Em *Hípias Maior*, 287 d, vemos essa dificuldade em discernir o *belo em si* na sua essência e sua participação nos objetos, quando Sócrates procura mostrar a Hípias, um sofista, que "belo" e "o belo" são coisas distintas. Entretanto Hípias, ignorando a diferença elementar entre conceito e exemplos, pensa que "belo" ou "o belo" são uma e a mesma coisa. Para Hípias, não há nenhuma diferença.
15. *Fédon*, 100 c.
16. *Fédon*, 100 d.
17. Schiappa, Maria Teresa, *Hípias Maior*, p. 31
18. *Hípias Maior*, 289 d.
19. *Hípias Maior*, 292 d.
20. *O Sofista*, 130 c-d.
21. Em *Fédon*, 75 d, Platão diz que "saber" consiste em: *depois de haver adquirido o conhecimento de alguma coisa, dispor dele e não mais perdê-lo*
22. *A República*, 476 d-e; 477 a.
23. *A República*, 478 c.
24. *A República*, 477 a.
25. Supra 476e 477a
26. *A República*, 478 d.

27. *A República*, 478 b.
28. *A República*, 478 c.
29. *A República*, 477 b.
30. *A República*, 478 a.
31. *A República*, 479 c-d-e.
32. *A República*, 479e; 480 a.
33. Conforme a nota 26, p. 265 de *A República*, da Fundação Calouste Gulbenkian, a palavra “filósofo” que está no original, toma a partir daqui uma conotação diferente. Diz a nota que tiveram de a decompor na tradução, para a opor com maior clareza ao outro composto paralelo, *philodoxos* “amigo da opinião”.
34. *O Sofista*, 267 c.
35. Wolff, Francis, in Revista *Discurso* 14, p. 37, editora Polis, 1983.
36. Wolff, Francis, in Revista *Discurso* 14, p. 37-38, editora Polis, 1983.
37. Idem, p. 43-44.